

JORNAL DO SERVIDOR

Lula Marques/ Agência Brasil



Expectativa é que Câmara evite o tema em ano eleitoral

Reforma Administrativa deve ficar para o ano que vem

A proposta de reforma administrativa em análise na Câmara dos Deputados, com a prerrogativa de ampliar a eficiência do Estado, modernizar a gestão pública e reduzir privilégios no funcionalismo só deverá ser votada em 2027, após as eleições. O texto, que prevê mudanças nas regras de progressão de carreira, tratamento de conflitos de interesse e critérios de distribuição de vagas entre homens e mulheres, além de ajustes em férias, folgas, remuneração e sanções disciplinares é considerado tema sensível em ano eleitoral, além de encontrar resistência dos servidores públicos. A matéria ainda aguarda despacho da presidência da Casa para iniciar tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Possibilidade de demissão

Segundo as apurações, os dois teriam prestado orientação interna que favoreceria a instituição financeira, além de supostamente receber vantagens indevidas para facilitar a atuação do banco diante da fiscalização do órgão regulador. A sindicância interna apontou indícios de evolução patrimonial considerada relevante entre os investigados. Essas informações foram encaminhadas à CGU, com a possibilidade de demissão.

Gil Leonardi / Imprensa MG



Cerca de 673 mil pessoas serão beneficiadas

MG: reajuste de 5,4% para servidores

O governo de MG anunciou a concessão de recomposição salarial de 5,4% para os servidores públicos estaduais. A medida contempla trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta e indireta do Estado e terá efeito retroativo a 1º de janeiro de 2026. Segundo a administração estadual, cerca de 673 mil pessoas serão beneficiadas pelo reajuste. O impacto estimado na folha de pagamento do Executivo é de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões por ano. O governo pretende encaminhar nas próximas semanas um projeto à Assembleia Legislativa.

Pagamento depende da aprovação

O pagamento do reajuste dependerá da aprovação do texto pelos deputados estaduais e da sanção do governador. De acordo com o Executivo mineiro, a atualização salarial garante que o vencimento inicial dos profissionais do magistério estadual continue proporcional ao piso nacional da categoria. A gestão estadual afirma que a recomposição ocorre após medidas de ajuste fiscal.

Vagas na Marinha

A Marinha do Brasil abriu concurso público nacional com vagas para profissionais de nível superior em diversas áreas, como engenharia, saúde, direito e tecnologia. Os aprovados ingressarão como oficiais após curso de formação. A remuneração inicial é de R\$ 9.663,60. As inscrições vão até o dia 8 de abril.

Sobre a prova

A taxa de inscrição para o concurso da Marinha do Brasil é de R\$ 150. O processo de seleção inclui prova objetiva, inspeção de saúde e teste físico. As provas, que são organizadas pelo serviço de seleção da própria Marinha, estão previstas para o dia 24 de maio, conforme edital divulgado pela instituição.

Saúde servidores

Representantes da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) se reuniram na última terça-feira (09) com a área de Recursos Humanos do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) para discutir a retomada dos exames médicos periódicos e a ampliação do atendimento psicológico no órgão, suspensos desde 2022.

Mais médicos

Durante o encontro, entidades sindicais defenderam a contratação de médicos para atuação de plantão no ministério. A gestão do Mapa informou que solicitou ao governo federal a destinação de profissionais entre os novos concursados para reforçar o atendimento aos servidores.

Paula Souza I

O Governo do Estado de São Paulo autorizou o Centro Paula Souza (CPS) a abrir 2.374 vagas de concurso público, em substituição às posições atualmente ocupadas em caráter temporário. Desse total, 1.657 serão destinadas a professor de Ensino Médio e Técnico e 717 vagas a docentes de Ensino Superior.

Paula Souza II

Até o momento, foram publicados editais para selecionar 227 professores para as Escolas Técnicas Estaduais (Etec) e 13 para Faculdades de Tecnologia (Fatecs), localizadas em 42 e em 5 municípios paulistas, respectivamente. Outros editais, para preenchimento das demais vagas, serão divulgados em breve.



Parte da Esplanada dos Ministérios, em Brasília

União pode chegar a 1M de servidores ativos

Senado aprovou esta semana a criação de mais de 24 mil cargos

Andre Souza

Com a aprovação, pelo Senado Federal, do projeto que reestrutura carreiras públicas e cria mais de 24 mil novos cargos efetivos, o número de servidores ativos do Poder Executivo federal deverá crescer e pode ultrapassar a marca simbólica de 1 milhão de trabalhadores em exercício nos próximos anos, caso todas as vagas sejam preenchidas.

Dados do Portal da Transparência mostram que a administração federal conta atualmente com 987,5 mil servidores ativos, além de 1,05 milhão de aposentados e pensionistas vinculados aos órgãos da União. Com a criação dos novos postos, o total potencial de servidores em atividade poderá ultrapassar a marca de 1 milhão, representando aumento próximo de 2,4% no quadro funcional.

A maior parte das novas vagas será destinada à área educacional. O projeto recém aprovado prevê cerca de 13 mil cargos para professores de universidades e institutos federais, sendo aproximadamente 3,8 mil docentes do magistério superior e 9,5 mil professores do ensino básico, técnico e tecnológico.

Órgão com maior estrutura da União, o Ministério da Educação possui hoje cerca de 403,7 mil servidores ativos e 162 mil aposentados e pensionistas.

O Ministério da Defesa, que

reúne militares e servidores civis, mantém cerca de 390,9 mil ativos e 461,4 mil inativos e pensionistas. O projeto não prevê expansão relevante direta na área militar, mantendo estabilidade proporcional do quadro.

Na área social, o Ministério da Saúde soma aproximadamente 64,2 mil servidores ativos e 144 mil aposentados e pensionistas, enquanto o Ministério da Justiça e Segurança Pública registra cerca de 34,2 mil ativos e 24 mil beneficiários inativos, incluindo carreiras policiais federais.

Já o Ministério da Fazenda conta com cerca de 19,7 mil servidores ativos e 20,7 mil aposentados e pensionistas, números próximos entre ativos e inativos. O Ministério da Previdência Social possui aproximadamente 23 mil servidores em exercício e 49 mil aposentados e pensionistas.

O Banco Central reúne cerca de 4,3 mil servidores ativos e 6,4 mil aposentados e pensionistas, enquanto o Ministério da Agricultura e Pecuária mantém aproximadamente 7,4 mil ativos.

Somados, os demais órgãos federais concentram cerca de 187,5 mil servidores ativos e 239,6 mil inativos e pensionistas.

A criação das novas vagas tende a alterar gradualmente essa distribuição, condicionada à realização de concursos públicos.

O projeto aprovado pelo Senado ainda depende da sanção do Presidente Lula.